



EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA OS SUJEITOS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SANTANA-BA

CAMPO EDUCATION AND PUBLIC POLICIES: REFLECTIONS ON THE REALITY
OF EDUCATION FOR CAMPO SUBJECTS IN THE MUNICIPALITY OF
SANTANA-BA

CAMPO EDUCACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXIONES SOBRE LA
REALIDAD DE LA EDUCACIÓN PARA SUJETOS DE CAMPO EN EL MUNICIPIO
DE SANTANA-BA

Adna de Souza Santos

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-3949-4197>

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Edna Moreira de Souza

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-1559-0392>

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Rodrigo Guedes de Araújo

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-4569-9973>

Universidade do Estado da Bahia- UNEB

DOI: 10.22481/poliges.v2i2.8619

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no Município de Santana que fica localizado no Oeste da Bahia. A pesquisa foi desenvolvida com base no projeto Educação do Campo no século XXI: reflexões sobre a realidade da educação para os sujeitos do campo no município de Santana-BA e teve como objetivo, analisar de que forma está organizada, em pleno Século XXI, a educação para os sujeitos do campo do referido município, em especial a partir da publicação do Decreto 7.352 de 2010, que trata da Política de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Para tanto, foi necessário identificar a concepção de educação que orienta a organização da proposta pedagógica desenvolvida nas escolas do campo no município de Santana-BA; compreender como está organizada a educação para os povos do campo; analisar as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da educação dos povos do campo e como são desenvolvidas no município em questão; construir o perfil dos educadores que trabalham nas escolas do campo; construir o perfil dos estudantes que frequentam as escolas do campo e identificar os desafios que o município enfrenta na oferta de educação para os povos do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas

ABSTRACT: This work is the result of a Scientific Initiation research carried out in the municipality of Santana, which is located in Western Bahia. The research was developed based on the Education of the Field project in the 21st century: reflections on the reality of education for the subjects of the field in the municipality of Santana-BA and aimed to analyze how it is organized, in the middle of the 21st century, the education for rural subjects in that municipality, especially after the publication of Decree 7.352 of 2010, which deals with the Rural Education Policy and the National Education Program on Agrarian Reform - PRONERA. Therefore, it was necessary to identify the concept of education that guides the organization of the pedagogical proposal developed in rural schools in the municipality of Santana-BA; understand how education for rural people is organized; analyze public policies aimed at strengthening the education of rural people and how they are developed in the municipality in question; build the profile of educators who work in rural schools; build the profile of students who attend rural schools and identify the challenges that the municipality faces in offering education to rural people.

Keywords: Rural Education; Social movements; Public policy

RESUMEN: Este trabajo es el resultado de una investigación de Iniciación Científica realizada en el Municipio de Santana, que se ubica en el Oeste de Bahía. La investigación se desarrolló a partir del proyecto Educação do Campo en el siglo XXI: reflexiones sobre la realidad de la educación de los sujetos rurales en el municipio de Santana-BA y tuvo como objetivo analizar cómo se organiza, en el siglo XXI, la educación para el medio rural. temas en ese municipio, especialmente luego de la publicación del Decreto 7.352 de 2010, que trata de la Política de Educación Rural y el Programa Nacional de Educación sobre Reforma Agraria - PRONERA. Por tanto, fue necesario identificar el concepto de educación que orienta la organización de la propuesta pedagógica desarrollada en las escuelas rurales del municipio de Santana-BA; comprender cómo se organiza la educación para la población rural; analizar las políticas públicas destinadas a fortalecer la educación de la población rural y cómo se desarrollan en el municipio en cuestión; construir el perfil de los educadores que trabajan en las escuelas rurales; construir el perfil de los estudiantes que asisten a escuelas rurales e identificar los desafíos que enfrenta el municipio para ofrecer educación a la población rural.

Palabras llave: Educación Rural; Movimientos sociales; Políticas públicas

Introdução

A Educação do Campo surge a partir da década de 1990 através das lutas dos movimentos sociais camponeses em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que dantes lutava apenas pelo direito às terras, até se conscientizarem de que os trabalhadores e trabalhadoras do campo, além de terem direito às terras, também tinham direito à educação. A partir de então, a educação dos povos do campo passou a se constituir como mais um objetivo de luta dos

movimentos. As discussões sobre essa temática de acordo Caldart (2012, p. 32) começaram “na organização da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo em Luziânia, Goiás no ano de 1998, onde surgiu o termo “Educação do Campo” e passou de fato a ser chamada Educação do Campo no Seminário Nacional realizado em Brasília no ano de 2002”.

A luta por uma Educação do Campo não se restringe apenas ao termo, mais ao sentido. Quando se diz Educação **do** Campo é “Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade” (CALDART, 2009, p. 41. grifo dos autores). O que os povos do campo têm buscado é uma educação emancipadora, que rompa com as desigualdades sociais existentes no modelo atual de sociedade e que as pessoas possam ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

Através das lutas da população camponesa a Educação do Campo passou a ser inserida nas legislações, ou seja, passamos a ter uma base legal que nos assegura a desenvolver a educação dos sujeitos do campo, que é uma educação pautada na valorização do trabalho do campo, de suas culturas, de suas realidades de vida. Temos as Resoluções de nº 01 2002 e nº 02 2008 que instituem diretrizes operacionais e complementares para Educação do Campo e o Decreto 7.352 de 2010 que dispõem de políticas públicas de Educação do Campo. Essas bases legais são essenciais para o desenvolvimento da Educação do Campo, porém sua efetivação depende em grande parte, de como os municípios organizam o ensino para os sujeitos do campo. Partindo desse pressuposto, neste trabalho analisaremos de que forma está organizada, em pleno Século XXI, a educação para os sujeitos do campo no município de Santana-BA, em especial a partir da publicação do Decreto 7.352 de 2010.

Percurso histórico da Educação do Campo

Na história educacional do Brasil, nota-se que a educação brasileira não foi pensada para todos, mais apenas para uma pequena parte da população. Essa pequena parte correspondia exclusivamente às famílias das elites que governavam o país, já as famílias dos trabalhadores e trabalhadoras não poderiam ter acesso a essa educação. Com o passar dos anos, as coisas foram se modificando. Foram surgindo novas conjunturas políticas no país que se interessou em ampliar o acesso a educação, não pelo fato de se preocuparem com a educação da população trabalhadora, mais com vista no desenvolvimento econômico.

Durante todo esse processo político e educacional no Brasil, a população menos favorecida no que diz respeito a educação, foi a população do campo. Essa era desvalorizada vista como a que não necessitava de educação. Desse modo, a educação que foi oferecida para as famílias camponesas, conhecida como “Educação Rural,” não pensava na formação do cidadão, “[...] foi concebida considerando o campo como lugar do inferior e do atraso. Nesse processo, a educação das pessoas que vivem no campo foi tomada como algo menor e sem importância” (TAFFAREL, 2010, p. 50). Porém, os movimentos populares e sociais organizados pelos camponeses não se conformaram com esse modelo de educação que lhes era oferecido, por isso lutaram por uma educação que atendesse suas necessidades e foi através dessas lutas que nasceu a “Educação do Campo” com uma perspectiva totalmente diferente da “Educação Rural”.

O surgimento da expressão “Educação do Campo” [...]. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002 [...] (CALDART, 2012, p. 260).

De acordo Caldart, (2012), o principal responsável pela conquista da Educação do Campo foi o MST, pois a I Conferência Nacional que deu origem ao termo Educação Básica do Campo foi organizada pelo MST para ampliar as

discussões sobre a educação do meio rural no Brasil. Ainda segundo Caldart (2012), essa I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo começou a ser organizada no I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera).

A mudança do termo usado para denominar a educação ofertada aos povos do campo, para alguns pode não significar muito, mais para os camponeses significa o rompimento de uma educação que não os contemplava enquanto sujeitos de direitos, e, conseqüente a isso, a construção de um novo caminho para a conquista de uma educação que valorize o trabalho, as vivências, as culturas dos sujeitos do campo e ainda uma educação que vê o campo e as lutas dos movimentos sociais do campo como um espaço de formação humana e de construção identitárias. A esse respeito Taffarel (2010 p. 51), ressalta que;

[...] a concepção de Educação do Campo (EdoC) estabelece relação entre a educação, a direção do desenvolvimento da agricultura camponesa e do projeto para o Brasil. Ela nasce no bojo do processo de resistência e luta dos camponeses e das camponesas que vivem no e do seu trabalho no campo e também na luta pelo direito à educação. A EdoC compreende o camponês e os trabalhadores rurais como sujeitos de direitos, entre eles o do estudo, e como construtores da sua história e da coletividade. A EdoC propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham.

Quando se fala em Educação do Campo, não se restringe apenas a uma proposta pedagógica para as escolas do/no campo, esse é um modelo de educação que busca ir muito além da organização do ensino para a formação educacional do sujeito. O que a Educação do Campo busca de fato é uma transformação social onde as pessoas possam ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, rompendo com o atual modelo de sociedade em que vivemos que é uma sociedade injusta e desigual. Quando se diz Educação No Campo ou Do Campo quer dizer que “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2004, p. 149-150. grifo do autor).

A conquista da Educação do Campo foi uma grande vitória para os trabalhadores e trabalhadoras do campo que lutaram inúmeras vezes para alcançar suas metas e seus objetivos, e continuam lutando. Os resultados dessas lutas estão explícitos, não só na conquista da proposta de Educação do Campo, como também em muitas outras avanços que fortaleceram as discussões a respeito da educação para os povos do campo tanto pelos movimentos sociais camponeses quanto em outras instituições afins. Percebe-se que através dessas lutas a Educação do Campo tem conseguido avançar em muitos aspectos, inclusive no que diz respeito às políticas públicas que garantem aos povos do campo o direito à educação.

Uma das grandes conquistas na educação do Campo foi a criação da RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esta afirma que “A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade [...] (BRASIL, 2002)”. Isso é uma garantia legal de que a escola do campo deve valorizar respeitar e desenvolver seu trabalho de acordo as vivências dos sujeitos do campo. Mesmo depois de conseguir a instituição das Diretrizes Operacionais, o debate sobre a Educação do Campo continua e mais avanço é conquistado, pois entende-se que o povo do campo precisa desses avanços na educação. Então cria-se a RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 2 DE 2008 que estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo e no § 1º do Art. 1º diz que:

A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica (BRASIL, 2008).

Com a instituição dessas Diretrizes a educação dos camponeses passa a ter mais visibilidade e mais respaldo legal para ser concretizada. Mais os avanços não param por aí. Em 4 de novembro de 2010 é aprovado o Decreto 7.352 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. O Art. 1º desse Decreto ressalta que “a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação

básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, [...]” (BRASIL, 2010).

Mais uma vez, a Educação do Campo está se fortalecendo nas esferas políticas governamentais e isso também contribui para que as escolas do campo reestruturem suas propostas curriculares e pedagógicas, para que possam oferecer uma educação que vise o desenvolvimento do sujeito do campo em suas especificidades. Para aumentar a força da Educação nas escolas do campo, mais um avanço acontece. A Educação do Campo é inserida no Plano Nacional de Educação (PNE) e uma das estratégias para alcançar suas metas é “desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo [...] (BRASIL, 2014)”.

Além dos avanços nas esferas políticas, outros avanços aconteceram como:

[...] os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais; a inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras; o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições a partir da criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) (MOLINA; FREITAS, 2001, p. 21).

Todos esses avanços foram resultados das lutas dos camponeses que começou há muito tempo atrás e cada degrau que a Educação do Campo conseguiu alcançar é muito significativo e influencia diretamente na formação educacional dos sujeitos do campo. São muitas as conquistas, mais a luta dos camponeses continua, pois ainda há muitos desafios a enfrentar para que o modelo de educação conquistado seja de fato efetivado nas escolas, principalmente no interior das salas de aulas.

Os marcos legais que assegura o direito a uma educação específica para os povos do campo são de suma importância para a organização e o desenvolvimento das atividades escolares nas escolas do campo, os mesmos devem ser vistos como documentos orientadores aos educadores e educadoras do campo. É importante que esses profissionais tenham conhecimentos desses marcos legais e de todos os documentos que rege a Educação do Campo no Brasil, além do conhecimento em

outras teorias que discutem a respeito dessa educação, para que possam desenvolver um trabalho pautado nos princípios dessa modalidade educacional.

É neste sentido que a Educação do Campo vem enfrentando um grande desafio. Trata-se da formação inicial e continuada de professores.

A baixa escolaridade dos professores é mais um dos grandes problemas que se colocam para a Educação do Campo. A escolarização - conhecimento científico - é um aspecto fundamental para fortalecer a construção de outra situação, superadora da situação atual, da escola e da educação dos trabalhadores do campo. A própria quantidade de professores, em muitos casos, é defasada em relação às necessidades reais da população (TAFFAREL, 2010 p. 57).

Isso implica em outros aspectos que também se torna um desafio a enfrentar, como por exemplo, a organização do trabalho pedagógico que deve está pautada nos princípios educacionais do campo. No Art.2 do Decreto 7.352/2010 afirma que a Educação do Campo tem como princípios:

- I – respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II – incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

O aluno campesino lida em seu dia a dia com questões rurais, tanto culturais como socioeconômicas e mesmo que os princípios da Educação do Campo estejam garantidos por meio de política pública, no cotidiano escolar, ainda se depara com propostas pedagógicas descontextualizadas do mundo real em que o educando vive. Por isso a formação dos professores é essencial tanto para lidar com as especificidades dos alunos na sala de aula a partir da organização do seu trabalho pedagógico e de um projeto político-pedagógico, quanto para compreender as questões sociais na qual eles e os seus educandos estão inseridos.

Mais a formação de professores e organização do trabalho pedagógico são os únicos problemas em que muitas escolas do campo ainda se deparam? Obviamente não! Como um dos princípios da Educação do Campo diz, é necessário que se “desenvolva políticas públicas de formação de profissionais” e em outros âmbitos também, por que,

Sem política pública e financiamento, a educação não se universaliza [...]. A Escola do Campo deve atender as demandas dos trabalhadores do campo, o que implica uma necessidade de aumento do número de escolas para garantir o acesso a todos. [...] garantir a erradicação do analfabetismo. [...] É preciso também ampliar o número de professores, realizar concursos públicos e aumentar salários. A ampliação do número de professores precisa estar articulada a uma política de valorização do magistério (TAFFAREL, 2010, p. 59).

Como discutido anteriormente, a Educação do Campo avançou em muitos aspectos, já teve grandes conquistas como as bases legais, mais ainda tem muitos desafios a enfrentar para conseguir de fato implementar o que dispõe essas bases legais e alcançar a formação educacional que a sociedade trabalhadora do campo precisa e que está posta na política de Educação do Campo publicada através do Decreto 7.352/2010.

Análise reflexiva do Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010

Na primeira sessão deste artigo, foi apresentado a trajetória da Educação do Campo, o quanto a população campesina lutou para conquistar o direito à educação

e uma educação de qualidade para os povos do campo. Foram muitas as palestras e reuniões organizadas pelos movimentos sociais camponeses até conseguir a chamada Educação do Campo. A partir de então, foram avançando gradativamente e um dos avanços marcantes foi inserção da Educação do Campo nas Políticas Públicas de Educação e a criação do decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 onde se encontra organizada a política que orienta a Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

De acordo o Art. 1º desse Decreto, a organização dessa política tem como intuito, ofertar uma educação específica para a população do campo e para que seja implementada nos sistemas de ensino, a união conta com a colaboração dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. É importante salientar que o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), apresenta metas e Diretrizes e Metas que orientam o desenvolvimento de toda a Educação Brasileira, também contempla, ainda que timidamente, algumas metas voltadas para o desenvolvimento da educação dos jovens do campo.

Para que o conteúdo do Decreto 7352 de 2010 fosse de fato implementado era necessário que houvesse uma articulação entre as metas e estratégias do atual PNE e os pressupostos desse Decreto. Esse Decreto apresenta uma definição para delimitar o que se compreende por população do campo e as escolas do campo. Nessa apresentação mostra que a população do campo é formada por todas as pessoas que produzam suas condições materiais de existência a partir do meio rural. Quanto às escolas do campo, o presente Decreto diz que além de ser as que estão situadas no meio rural, também são consideradas escolas do campo aquelas que mesmo situada em área urbana, atenda em sua maioria os alunos do campo.

Segundo o que trata a política de Educação do Campo, para que a mesma se concretize não basta ter escolas situadas no meio rural e muito menos escolas urbanas que atenda alunos do campo, é necessário que essas escolas construam seu projeto político-pedagógico de forma que atenda as especificidades dessa população, valorizando a realidade do local onde vivem. Além disso, é preciso pensar uma política de formação dos profissionais que atuam nessa área e ofertar formação inicial e continuada para que possam desenvolver seu trabalho com maior

segurança. Também tem as questões materiais que envolvem tanto o trabalho do professor quanto a aprendizagem do aluno e que influencia diretamente na permanência desses alunos na escola. Essas questões materiais referem-se às condições de infraestrutura, transporte escolar, materiais didáticos, entre outros.

De acordo o decreto 7.352/2010, todos esses aspectos citados acima estão ligados aos princípios da Educação do Campo, por isso é necessário a implementação de ações que amplie e qualifique a oferta da Educação do Campo e que essas ações sejam pautadas nos princípios educacionais do campo. Neste sentido, o Art. 4º deste decreto afirma que,

A União, por meio do Ministério da Educação, prestará apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na implantação de ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 2010).

Essas ações se referem a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas do campo; oferta de Educação de Jovens e Adultos; acesso à educação profissional e tecnológica; acesso à educação superior; construção, reforma, adequação e ampliação de escolas do campo; oferta de transporte escolar; formação inicial e continuada que podem ser desenvolvidas de acordo a metodologia de Educação a Distância e ao mesmo tempo em que se dá a atuação profissional; formação específica de gestores e profissionais da educação; produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atenda as especificidades e apresente conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo.

Conforme os dispostos neste decreto, os entes federados devem assegurar através de políticas públicas, a organização do ensino nas escolas do campo, no que diz respeito ao funcionamento de turmas, a oferta de educação básica e organização do calendário escolar respeitando a realidade de vida desses alunos promovendo trocas de conhecimento entre o ambiente em que vivem, o trabalho e o ambiente escolar. Também cabe aos entes federados garantir a alimentação escolar

desses alunos de acordo com os hábitos alimentares predominante no contexto em que a escola está inserida.

Para atender as necessidades educacionais das populações do campo as esferas governamentais contam com apoio técnico e financeiro de instituições que defendem a política de Educação do Campo e conta também com parcerias de outros órgãos e entidades da administração pública para o desenvolvimento de ações conjuntas e para apoiar programas e outras iniciativas no interesse da educação do campo. De acordo o inciso III do Art. 9 do decreto 7.352/2010, a implementação da política de Educação do Campo se dá através da “participação de representantes municipais, das organizações sociais do campo, das universidades públicas e outras instituições afins” (BRASIL, 2010).

É nessa perspectiva que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA é integrado na política de Educação do Campo e segundo o decreto 7.352/2010 seus objetivos são diretamente ligados a ampliação e qualificação da Educação do Campo e por isso apoia projetos nas áreas de alfabetização de jovens e adultos; formação continuada e escolarização de professores de nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação; produção, edição e organização de materiais didático-pedagógicos necessários à execução do PRONERA dentre outros que fortaleçam as suas atividades para o desenvolvimento da população do campo.

Vale ressaltar que a execução do PRONERA se dá pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário, mas sua gestão nacional cabe exclusivamente ao INCRA, podendo assim, contar com uma Comissão Pedagógica Nacional, formada por representantes da sociedade civil e do governo federal para orientar e definir as ações político-pedagógicas; emitir parecer técnico e pedagógico sobre propostas de trabalho e projetos; acompanhar e avaliar os cursos implementados no âmbito do Programa.

Em 2004 foi aprovado o Decreto nº 5.159 que deu origem a uma comissão que desenvolvia ações e programas em torno da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação

Escolar Quilombola, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação em direitos humanos. Essa comissão integrava a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), que foi extinta pelo atual governo através do Decreto nº 9.465 criado em 2 de janeiro de 2019.

Na política que orienta a Educação do Campo e o PRONERA, está claro que todas as esferas governamentais de nível Municipal, Estadual e Distrito Federal possuem uma parcela de responsabilidade no que tange a ampliação e qualificação da Educação para as populações do campo, porém, não se restringe apenas as diferentes esferas governamentais.

Após conhecer e analisar o Decreto 7.352/2010 é possível perceber o quanto ele é importante para o desenvolvimento da educação nas escolas campesinas e nas escolas urbanas que atendem alunos do campo. Agora temos uma lei que nos assegura a desenvolver um trabalho pedagógico com os educandos do campo de forma que valorize seus aspectos socioculturais, para tanto, é preciso que nós, enquanto educadores, tenhamos conhecimento dessa lei e de sua importância para a garantia e oferta da Educação do Campo.

Caminhos metodológicos da pesquisa

Toda pesquisa científica precisa ser planejada e ter seus passos controlados e acompanhados de perto pelo pesquisador. Essa organização e planejamento aparecem materializados através do percurso metodológico que neste projeto de pesquisa privilegiou a abordagem majoritariamente qualitativa, por entender que esta abordagem melhor se adequa ao estudo de questões sociais, e que possibilita o contato com o objeto de estudo *in lócus*.

Para Chizzotti (2008), “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisas, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (p. 28)”. Para Godoy (1995), a pesquisa com abordagem qualitativa está relacionada com a obtenção de dados sobre pessoas, lugares, bem como possibilita o contato direto do pesquisador com a situação objeto de estudo e busca

compreender os fenômenos na perspectiva dos sujeitos integrantes da situação estudada. Para atender ao que propõe o método privilegiado nessa pesquisa, foi necessário um contato direto com os sujeitos e *lôcus* da pesquisa na qual foram utilizadas as seguintes técnicas para obtenção dos dados: questionário, entrevista semiestruturada e análise documental.

A entrevista segundo Marconi; Lakatos (2003) é o encontro de duas pessoas, onde uma passa informação para a outra através de conversação, sobre um assunto escolhido pelo pesquisador. Essa técnica foi utilizada para coletar dados na Secretaria Municipal de Educação sobre o funcionamento e organização da Educação do Campo no Município e para compreender a concepção de Educação do Campo dotada pelo mesmo. Para ampliar as possibilidades de coletar mais dados sobre as características de Educação do campo no município em questão, também foram utilizados questionários que conforme Gil (2008, p.121), essa técnica pode ser definida como “[...] um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre os propósitos conhecimentos, crenças, expectativas [...]”. Nesse projeto o questionário foi uma técnica relevante para coletar dados sobre as escolas, os professores, os alunos e as condições de trabalho nas escolas do meio rural.

Para fortalecer as informações sobre a concepção da educação no campo presente entre os docentes e secretaria de educação no referido município, foi utilizado, além da entrevista, a análise de documentos. Esse procedimento consiste no processo de identificação e apreciação de documentos com a finalidade específica de obter informações sobre um fato ou uma situação. Considerando a especificidade da abordagem qualitativa, especialmente porque ela não é rigidamente estruturada, “[...] acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas” (GODOY, 1995 p. 02) como é o caso das questões envolvendo a educação para os povos do campo elencadas nessa pesquisa.

Essa pesquisa foi realizada no município de Santana, que fica localizada no oeste da Bahia. O município possui aproximadamente 24.800 habitantes sendo

dividido entre população urbana e rural. Desse total de habitantes, 54% vivem na área urbana e 46% nas comunidades rurais. Nessas comunidades rurais estão distribuídas 15 escolas, sendo 8 núcleos onde funciona o ensino seriado e 7 anexas onde funcionam ensino multisseriado. Essas 15 escolas atendem um número de 1.935 alunos e contam com o trabalho de 122 professores. A agricultura constitui elemento importante na geração de renda do município, graças a existência abundantes de recursos hídrico e terras férteis, razão pela qual esse município tem sido um espaço com história marcada por conflitos agrários, assim como praticamente todos os municípios da região oeste da Bahia.

Para desenvolver essa pesquisa, foi preciso conhecer a Secretaria de Educação do Município, nesse espaço entrevistamos a Secretária de Educação (graduada em História) e a coordenadora das escolas multisseriadas (graduada em História). Também fez parte da nossa pesquisa uma escola do campo chamada Centro Educacional Municipal Irmã Genelise Neves Domingues, que é uma escola núcleo de Ensino Fundamental, fica localizada em uma comunidade chamada Cedro e atende alunos do 1º ao 5º ano no turno matutino e do 6º ao 9º ano no vespertino. Possui 3 extensões que são escolas multisseriadas. A princípio a pesquisa era pra ser realizada em 4 escolas do campo, mais pela dificuldade de acesso por serem distantes do centro da cidade só foi possível realizar a pesquisa em uma escola. Nessa escola *lócus* da pesquisa, foram selecionados 6 professores, 6 alunos e a coordenadora pedagógica.

Resultados e discussões

A partir da década de 1990, as discussões a respeito da Educação do Campo vêm se ampliando cada vez mais, com isso tem se multiplicado as pesquisas dentro dessa temática e são essas pesquisas que mostram o quanto a Educação do Campo tem avançado em alguns aspectos, mais também mostram os desafios que ainda enfrenta para sua real efetivação. Na tentativa de conhecer um pouco mais sobre a oferta da educação do campo na região oeste da Bahia, pesquisamos o Município de Santana e de acordo dados coletados na Secretaria de Educação, o

município não possui um currículo específico para a Educação do Campo e sabemos que o currículo é de suma importância para o desenvolvimento dessa educação.

Para entendermos por que a Educação do campo necessita de um currículo, são pertinentes as palavras de Veiga (1998) quando ele diz o “Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente” (VEIGA, 1998 p.18). No caso da Educação do Campo, é necessário um currículo organizado em torno de uma mesma dinâmica de estudo, sem perder a essência da identidade escolar na qual esse faz parte. Além disso, o currículo, se construído de forma participativa, pode ser um instrumento importante para o reconhecimento da escola enquanto escola do campo.

Neste sentido, foi percebido algo importante durante entrevista com professores e com a coordenadora pedagógica da escola pesquisada. Ao perguntar se a organização pedagógica da escola era pensada para atender as necessidades dos sujeitos do campo. A coordenadora responde:

Não. Nós não desenvolvemos um trabalho voltado para a educação do campo, só as extensões, que são as escolas multisseriadas que desenvolve esse trabalho, até o material delas são diferenciados, mais aqui não, até por que a escola aqui não é vista como escola do campo.

Sobre o fato de as escolas receberem alunos de outras localidades que eles consideravam como campo a coordenadora respondeu afirmativamente:

Sim, recebe. Os alunos do 6º ao 9º ano das comunidades onde funciona as extensões vem estudar aqui por que lá nas extensões só funciona do 1º ao 5º ano e também tem alunos do 1º ao 5º ano que vem estudar aqui (Coordenadora Pedagógica).

De acordo com a fala da coordenadora e o corpo docente da escola, as escolas núcleo não se reconhecem enquanto escola do campo, mesmo estando inserida em uma comunidade campesina, sendo assim, também não desenvolve seu trabalho voltado para a Educação do Campo. Neste sentido, é possível perceber o

quanto se faz necessário um currículo específico que oriente o trabalho a ser desenvolvido nessas escolas. Também se percebe a necessidade de formação continuada desses profissionais da educação e uma formação que seja específica para se trabalhar com sujeitos do campo.

Ao perguntar a Secretária de Educação se o município oferece política para formação inicial e continuada de professores do campo, ela responde: *Política não temos, mais a gente faz encontro de formação com os professores uma vez por mês.* Segundo os professores, esse encontro de formação é apenas com eles e o pessoal da secretaria (secretária e coordenadores), ou seja, não são com especialistas. No que diz respeito a essa formação a coordenadora das escolas multisseriadas diz:

A gente faz como pode... uma vez nós conseguimos trazer aqui um professor e uma professora de Irecê que deu uma formação... foi muito bom, eles me deram um site de cursos pra fazer pela internet e eu fiz alguns, depois disso minha mente abriu mais, eu até já estou reorganizando o calendário de aulas das escolas multisseriadas, organizando blocos de conteúdos estou até tentando fazer um projeto de matemática que possa trabalhar com a realidade dos alunos.

A partir das falas dos entrevistados, é possível notar a necessidade de uma política de formação continuada no município. A fala de alguns as evidências da pesquisa aponta o demonstra o interesse em aperfeiçoar os conhecimentos sobre a Educação do Campo, mais o acesso a uma formação que lhes proporcione isso ainda é um desafio.

A escolarização - conhecimento científico - é um aspecto fundamental para fortalecer a construção de outra situação, superadora da situação atual, da escola e da educação dos trabalhadores do campo. [...] A situação da escolarização dos professores ajuda a entender a realidade e ter clareza sobre o que é preciso reivindicar. Falta uma política de incentivo à valorização do magistério, à formação continuada, assim como uma melhoria na remuneração dos docentes. [...] Outro problema sério, além do nível de formação, diz respeito ao tipo de formação que esses professores recebem. Nos momentos em que os professores são formados, ou nas poucas vezes em que estes participam de cursos de aprofundamento, a base teórica desenvolvida não tem a densidade

suficiente para que os professores entendam a realidade atual na sua essência, percebam as contradições da sociedade capitalista e principalmente disponham de “ferramentas” teóricas suficientes para intervir na realidade, transformando-a e transformando também a sua prática pedagógica (TAFFAREL, 2010, p. 57).

Além da necessidade de um currículo e de formação continuada, também foi citado pelos entrevistados a necessidade de materiais e livros didáticos específicos para as escolas do campo. Esses materiais são um grande suporte para o professor desenvolver as atividades pedagógicas na sala de aula e de acordo a coordenadora a falta deles as vezes dificulta o trabalho dos professores.

Percebe-se que há uma problemática a ser discutida sobre a organização da Educação do Campo no Município de Santana e essa problemática está relacionada aos desafios que a Educação do Campo no Município enfrenta para ser desenvolvida. Esses problemas podem está relacionados ao que ressaltam Molina; Freitas, (2011 p. 20) quando diz que “ainda é muito arraigado nos gestores públicos o imaginário sobre a inferioridade do espaço rural, destinando a ele o que sobra no espaço urbano”. As autoras ainda acrescentam que “o Movimento da Educação do Campo, põe em questão o abandono das escolas rurais pelo Estado”, isso também pode refletir na forma como a Gestão Municipal organiza e oferta a educação para os sujeitos do campo no Município. Cabe aqui pensar o campo como um lugar possível de se instituir um ensino diferenciado que emancipe os sujeitos camponeses para que possam atuar diretamente na sociedade e buscar melhores condições para a oferta da educação que lhes é de direito, porém, está sendo negado.

Considerações finais

A oferta da Educação do Campo e a implementação da Política Pública de Educação do Campo ainda é um desafio a ser enfrentado por muitos municípios, inclusive o município de Santana, como mostra a pesquisa. Vemos que a conquista da educação dos povos do campo e sua inserção na legislação não está muito distante da atualidade, são conquistas recentes, mais superimportantes para o funcionamento da Educação do Campo. No entanto, muitos Municípios ainda não

estão estruturados para colocar em prática todos os aspectos dispostos nas bases legais, ou seja, há municípios em que os avanços da Educação do Campo ainda não foram alcançados, isso significa que há muito que se conhecer a respeito desse campo da educação.

De acordo os dados coletados na pesquisa, podemos concluir que no Município de Santana, a oferta da educação para os povos do campo apresenta uma organização ainda distante do que propõe a Política de Educação do Campo estabelecida no Decreto 7.352/2010, pois, segundo o § 4º do Art. 1 deste decreto a Educação do Campo só será concretizada se houver a “oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura, [...] materiais e livros didáticos, [...] adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo” (BRASIL, 2010). Os dados mostraram que o município ainda não dá conta de ofertar esses aspectos que estão dispostos nesse Decreto e que são fundamentais para a concretização da Educação do Campo.

Diante dos problemas encontrados a respeito da Educação do Campo no município, é importante que as próprias escolas do campo comecem a organizar sua metodologia de ensino tendo como base os princípios da Educação do Campo que valoriza a vida no campo, o trabalho, as condições socioeconômicas, as terras, a cultura e tudo aquilo que faz parte da construção da identidade do sujeito do campo. Isso será imprescindível para que possa alcançar avanços na estrutura e oferta da Educação do Campo a nível municipal.

Referências

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 8 de abril. 2018.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 8 de abril. 2018.

BRASIL. **Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE – LEI Nº 13.005/2014**. Brasília, DF. Disponível em:

<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 22 de maio 2019.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação do campo**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, V. 35, N.3, P, 20-29. - mai./jun. 1995.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke *et al* (orgs.). **Cadernos didáticos sobre educação do campo**. Salvador: EDITORA, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.

SOBRE AS(OS) AUTORA(ES)

Adna de Souza Santos

Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XVII - Bom Jesus da Lapa. Correio eletrônico: adnasouzasantos@gmail.com

Edna Moreira de Souza

Doutora em Educação, conhecimento e inclusão social pela UFMG, professora assistente do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - Campus XVII da UNEB. Concentra as pesquisas nas temáticas de Educação do Campo com foco na juventude camponesa têm experiência com a docência nas etapas da Educação Básica. Correio eletrônico: esmoreira@uneb.br

Rodrigo Guedes de Araújo

Mestre em Educação Profissional de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (2016), Especialista em Direitos Sociais do Campo -UFG, graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2010). Professor substituto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus de XVII de Bom Jesus da Lapa - Bahia. Correio eletrônico: rgaraujo@uneb.br